

# ESPAÇO ESTÉTICO E ESPAÇO GEOMÉTRICO EM KANT\*

*Michel Fichant*

PARIS IV (SORBONNE)

As reflexões que se seguem inscrevem-se em um trabalho mais geral versando sobre o significado e objetivo da Estética transcendental da *Crítica da Razão Pura* de Kant.

Uma boa parte dos mal-entendidos a que deu lugar a primeira *Crítica* provém da interpretação da Estética transcendental. Essa secção de 40 páginas (de 884 na segunda edição de 1787) é provavelmente a parte da obra que, desde seu aparecimento e até as mais recentes interpretações, mais levantou problemas: diretamente por suas teses mais explícitas (o que é uma “intuição pura?”), ou de maneira indireta por concepções que parecem ter nela sua principal fonte: a questão da coisa em si, ou a do idealismo atribuído a Kant, colocam-se a partir da Estética, mesmo se esta não basta como tal para dar a elas toda a sua dimensão. O estatuto concedido pela Estética ao espaço e ao tempo, como “formas *a priori* da intuição” ou “intuições puras”, dificilmente compreensível aos primeiros leitores,

---

(\*) Conferência pronunciada na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 18 de abril de 2000. Agradeço vivamente ao professor Guido Antônio de Almeida pela discussão filosófica suscitada nesse dia por suas questões e pelo cuidado com que se ocupou em seguida da tradução. – As referências às obras de Kant remetem à edição da Academia Prussiana de Ciências, indicada por meio da sigla AK Para a *Crítica da Razão Pura*, conforme ao uso, indicam-se as páginas da primeira edição de 1781 (A) e da segunda de 1787 (B). Na versão francesa da conferência, propus minhas próprias traduções das citações de Kant. <Nota do tradutor: as citações de Kant no presente artigo são versões em português das traduções francesas propostas por M. Fichant, e não traduções diretas do original alemão.>

abriu a dupla via, psicológica e psicofisiológica de um lado, epistemológica do outro, entre as quais se dividiu a herança kantiana ao longo de século XIX.

A Estética transcendental provocou na interpretação mais recente outras oposições de princípio: com a escola de Marburg (Cohen, Natorp e Cassirer) pôde-se ver nela um vestígio de concepções pré-críticas, cuja remanescência na *Crítica* só teria um significado provisório.<sup>1</sup> Outros, dos quais estou mais próximo, encontram aí, ao contrário, a mais fundamental e mais original descoberta da filosofia crítica, ao ponto de reconhecer aí o alicerce sobre o qual se assenta a ontologia crítica, sua base ou fundação.<sup>2</sup> Se há uma ontologia própria à *Crítica*, ao invés de ver nela essencialmente uma teoria do conhecimento científico ou uma epistemologia, é a Estética transcendental que deve em primeiro lugar designar seu traço característico: a finitude de um sujeito adstrito à doação. É um ponto bastante aceito hoje em dia, parece-me, que, quaisquer que sejam as formidáveis sugestões e arejamento que representou na origem a interpretação heideggeriana, é possível optar hoje por uma leitura ontológica da *Crítica* sem por isso mesmo fazer dele o conjunto dessa interpretação.

Proponho-me, pois, trazer aqui, sob a forma de uma pequena amostra, minha contribuição à discussão sobre o nível de radicalidade e originariedade próprio da Estética transcendental. A reunião da Estética e da Lógica deve, segundo Kant, responder à questão da possibilidade do conhecimento, que é em primeiro lugar a da possibilidade da metafísica. Para uma leitura como a de Hermann Cohen, essa reunião significa a subordinação da Estética à Lógica, e o apagamento da sensibilidade em proveito do *intellectus ipse*.<sup>3</sup> É a essa leitura

(1) A tese da anterioridade genética e da subordinação sistemática da Estética está afirmada como uma particular nitidez no artigo de Ernst Cassirer: "Kant und die moderne Mathematik", *Kantstudien*, XX (1907).

(2) Cf. François-Xavier Chenet, *L'assise de l'Ontologie critique. L'Esthétique transcendantale*, Presses Universitaires de Lille, 1994.

(3) Hermann Cohen, *Kant's Theorie der Erfahrung*, 21885. Podemos sempre nos reportar à apresentação da interpretação de Cohen feita por Jules Vuillemin em *L'héritage kantien et la révolution copernicienne*, Paris: Presses Universitaires de France, 1954.

que gostaria de me opor, limitando meu tema a uma interrogação sobre o estatuto do espaço na Estética.

Formularei, pois, a questão nos seguintes termos: será que há uma eidética kantiana do espaço? A fórmula sugere evidentemente uma referência a um conceito fundamental do método fenomenológico, mesmo que este tenha de se tornar mais flexível a fim de ser utilizado em outros contextos que não o da obra de Husserl. Será possível encontrar na doutrina kantiana uma caracterização do espaço que responda à exigência primeira de uma análise eidética, que é a de ir à coisa mesma (*zu der Sache selbst*)? Se nos limitamos à *Crítica da Razão Pura* apenas, parece difícil dar de saída uma resposta afirmativa: o método fenomenológico faz da redução eidética um passo distinto e preliminar à redução transcendental (de tal sorte que foi e ainda é possível defender a idéia de uma fenomenologia autêntica, mas se limitando a esse primeiro passo); ao contrário, Kant parece instalar-se de saída na problemática transcendental das condições *a priori* e subjetivas (subjetivas porque *a priori*) do conhecimento dos objetos, cujo paradigma é fornecido pelas ciências constituídas, matemática e física.

Eis por que numerosos comentadores da obra de Kant admitem um liame recíproco entre as teses da Estética transcendental e a concepção do conhecimento matemático (com a exceção notável de Heidegger). Tratando-se do espaço, a doutrina kantiana seria inteiramente determinada por sua recepção da geometria euclidiana: ela terminaria por fazer do espaço euclidiano a forma necessária, *a priori*, de toda intuição externa. Sendo essa forma comum ao espaço da percepção e ao da ciência, toda extensão da geometria a outras formas de espaço tornar-se-ia impossível, senão impensável. Que essa extensão, no entanto, tenha tido lugar na história da geometria não significaria outra coisa senão a refutação *de facto* da Estética transcendental.

Sem dúvida, Kant deu amplo aval a essa leitura: ele sustenta que sua explicação do espaço como forma da intuição do sentido externo é a única a tornar concebível a possibilidade da geometria (B 41) e, por isso mesmo, de sua aplicabilidade ao conhecimento da natureza. Pois está claro que, para Kant, a estrutura espacial da objetividade física é a estrutura euclidiana: mesmo em seu

primeiro escrito *Sobre a verdadeira avaliação das forças vivas* (1747), onde evocara “uma ciência de todos os espaços possíveis”, isto é, outros espaços não tridimensionais, a qual seria “a mais alta geometria que um entendimento finito possa atingir” (§ 10), ele sustentava, de maneira obscura e desajeitada, sem dúvida, a existência de uma correlação entre a forma das leis físicas e a estrutura do espaço geométrico, a primeira determinando a segunda.<sup>4</sup> Com efeito, ele pensava nesse momento que a estrutura tridimensional do espaço de nossa experiência geometrizada dependia da forma particular da lei segundo a qual os corpos se atraem em razão inversa do quadrado das distâncias. Se essa atração tivesse lugar segundo uma outra relação métrica, o espaço seria outro quanto às suas dimensões. Tese perfeitamente obscura no detalhe de sua formulação e perfeitamente clara ao mesmo tempo em sua intenção!

No entanto, o nível próprio da Estética transcendental situa-se em princípio aquém dos conceitos puros de objetos (as categorias) e das leis formais da natureza. Atingimos aí um espaço do qual Kant diz que é *a forma da intuição sensível* tal como ela se realiza no sentido externo e, ao mesmo tempo, que é *uma intuição pura*. É o que eu chamaria de um espaço estético, para marcar sua relação essencial à sensibilidade, ou ainda espaço intuitivo, para sublinhar que sua representação é intuição e não conceito. Deve ser teoricamente possível dissociar esse espaço estético puramente intuitivo das elaborações conceptuais da geometria aplicáveis ao objeto físico. É preciso sublinhar aqui que não é a Estética transcendental que fornece a justificação completa da geometria como ciência, nem do conhecimento matemático em geral. Essa justificação encontra-se da maneira mais fácil de ser reconhecida na Metodologia transcendental. Mas a filosofia kantiana das matemáticas, logo da geometria em especial, tem seu núcleo na Analítica transcendental e, indiretamente, na Dialética (mais precisamente na discussão das duas primeiras antinomias). Provisoriamente, será suficiente observar que, se o conhecimento matemático é de fato para Kant um

“conhecimento por construção de conceitos”, é preciso que nas matemáticas haja conceitos: ora, conceitos dependem sempre do entendimento e da espontaneidade das ações do pensamento, logo da Lógica, e, se se trata de conceitos *a priori*, da Lógica transcendental. A construção é requerida para fornecer a conceitos já formados objetos correspondentes a eles, não é ela que forma esses conceitos. A representação de um triângulo não é uma intuição sensível, cuja formação dependeria, com efeito, unicamente do campo da Estética; ela é um conceito que Kant chama de “conceito sensível”, mas puro (e, não, um intuição sensível, mas pura), ou ainda um “conceito determinado de espaço”, no qual a determinação pertence certamente ao entendimento.

### I. Exposição metafísica e exposição transcendental.

A possibilidade de distinguir do espaço geométrico um espaço puramente estético ou intuitivo é confirmada pelo próprio Kant, notadamente pela reorganização dos argumentos da *Estética transcendental* na segunda edição (citada B, 1787) da *Crítica*. Essa reorganização, de resto, só foi respeitada de maneira completa e sistemática no caso do espaço. Ela consiste em redistribuir os cinco argumentos que levam à conclusão de seu caráter de intuição pura sob dois artigos bem distintos: os argumentos 1, 2, 4 e 5 da primeira edição (A, 1781) tornam-se os argumentos 1, 2, 3, e 4 da *exposição metafísica do conceito de espaço*, – 1, 2 e 3 de B reproduzindo textualmente 1, 2 e 4 de A, e o argumento 4 de B substituindo por uma redação nova o argumento 5 de A; o argumento 3 de A desaparece, mas seu sentido geral reencontra-se, numa redação muito mais rigorosa, naquilo que B apresenta como a *exposição transcendental do conceito de espaço*.

O sentido dessa redistribuição é claro: cabe à exposição metafísica mostrar *primeiro* em que o conceito de espaço é *a priori*, no sentido em que se chama “metafísico” o que é independente da experiência; de fato, a exposição metafísica estabelece algo mais, inscrevendo o espaço em seu lugar numa tópica das representações: pois, não somente o conceito de espaço não é empírico e, sim, *a priori*,

mas não se trata de modo algum, em sentido estrito, de um conceito, isto é, de uma representação geral e discursiva, mas de uma intuição.<sup>5</sup>

A tese de Kant sobre o espaço cabe, pois, em uma frase, e ela é estabelecida pela exposição metafísica apenas: *o espaço é uma intuição pura*. Uma intuição é, para Kant, uma representação (*Vorstellung*), e precisamente uma representação imediata e singular: *imediate* na medida em que refere a seu objeto sem intermediário, sem desvios; *singular* na medida em que seu objeto é único. Essas duas determinações são conexas, visto que, *a contrario*, um conceito é sempre uma representação *universal*, que vale de um número indeterminada de objetos, e *mediatizada*, visto que designa esses objetos por meio de uma característica comum (*nota communis*). O conceito jamais atinge o indivíduo como tal, que só pode ser objeto de intuição.

Além disso - sempre para recordar os dados elementares e bem conhecidos - Kant professa que, para nós homens, *für uns Menschen*, não há intuição senão sensível, isto é, pela doação do objeto afectando a receptividade do espírito: não há *intuitus* para nós que não seja *derivativus* e por oposição àquele que o conhecimento metafísico reserva a Deus como *intuitus originarius* (isto é, como uma intuição que se dá o objeto conferindo a ele a existência).

A exposição metafísica conduz a análise da representação do espaço sem recorrer à relação do espaço com a geometria. É à exposição transcendental que incumbe explorar *em um segundo momento* essa relação. Diz-se transcendental, nesse sentido particular, não mais a evidenciação direta do que há de apriori no conhecimento, mas o conhecimento indireto desse mesmo apriori como condição de possibilidade de outros conhecimentos *a priori*. Essa relação de condicionamento é percorrida na exposição transcendental segundo um procedimento analítico,

---

(5) Não nos deixaremos deter pela aparente dificuldade terminológica que se prende ao fato de Kant utilizar a palavra "conceito" em um sentido lato, equivalente ao de "representação", e num sentido estrito, segundo o qual o conceito é uma representação geral e mediata, por oposição à intuição, representação singular e imediata. A exposição metafísica visa precisamente estabelecer que o "conceito" (no primeiro sentido) de espaço não é justamente um "conceito" (no segundo sentido).

que vai do condicionado à sua condição. O condicionado é a geometria, que é uma ciência que estabelece de maneira sintética, embora *a priori*, as propriedades do espaço. A condição que o torna possível é que o espaço seja ele mesmo uma intuição pura: pura, para que a ciência de suas propriedades seja *a priori* e não se funde sobre a experiência; mas intuição, para que essa ciência proceda sinteticamente a uma extensão necessária do conhecimento e não se limite a um encadeamento lógico de conceitos.

A poderosa interpretação de Hermann Cohen reconheceu na segunda edição da *Crítica* um progresso que se manifestaria nesse caso do mesmo modo que nas outras correções que Kant fez em seu texto de 1787: a dissociação explícita do momento metafísico e do momento transcendental significaria a subordinação do primeiro ao segundo. Como tal, a exposição metafísica permaneceria psicológica, oferecendo-se como a análise de uma representação do ponto de vista de sua origem subjetiva. Com ela, não estaria superado o risco de confundir o *apriori* e sua necessidade intrínseca com uma ineidade contingente: salvo o recurso ao artifício divino de uma harmonia pré-estabelecida, não há nenhum meio de reconhecer o acordo *necessário* de representações inatas com objetos. Só a exposição transcendental atinge a universalidade que garante a objetividade de seu resultado, integrando-o àquilo que constitui a possibilidade de uma ciência incontestável, a geometria: há uma geometria que ensina uma rede de verdades necessárias versando sobre o espaço, *logo é preciso* que a representação do espaço seja uma intuição pura, segundo uma necessidade que é fundamentalmente a mesma da geometria. A via epistemológica dissipa as obscuridades da psicologia e salva de todo mal entendido escolástico o conceito de forma: dizer do espaço que ele é uma forma é dizer que, no fundamento da geometria, ele é, antes de mais nada, um método, o da construção dos objetos propriamente ditos da geometria e o encadeamento de suas propriedades.

A exposição transcendental é, pois, essencialmente indireta: ela não diz nada do espaço de maneira intrínseca, mas ela reúne em uma mediata relação de condicionamento duas teses, sob o risco de um círculo: uma concerne à geometria quanto ao seu objeto e quanto à sua constituição predicativa ou judicatória: a

geometria é ciência das propriedades do espaço, e ela é um corpo de juízos sintéticos *a priori*; a outra tese é que o espaço é uma intuição pura. Todavia, o fato que a exposição transcendental venha *após* a exposição metafísica implica que já se saiba, pelo exame direto do espaço, não mediatizado pela ciência geométrica de suas propriedades, que ele é, sim, uma intuição pura. O bom êxito do procedimento metódico resultando da distinção e da conjunção ao mesmo tempo das duas exposições supõe que haja identidade de seus resultados segundo duas vias diferentes e independentes. Ora, é o que, sob muitos aspectos, permanece problemático. Como notava Joseph Moreau: "Há, na Estética transcendental, uma desproporção, ordinariamente desapercebida, entre os resultados da exposição metafísica do espaço (§ 2), e os requisitos da exposição transcendental (§ 3)".<sup>6</sup> Essa desproporção aparece se perguntamos: que significa, com relação ao espaço, e sabendo que ele é uma intuição pura, "propriedades do espaço"? Que dizer também disso que Kant chama de "o espaço representado como um objeto, tal como o exige a geometria" (B, 160, nota)?

## II. O espaço metafísico, estética, intuitivo.

Um outro dado textual vem confirmar, na linha da reorganização das duas exposições da Estética transcendental, que Kant reconheceu a distinção do espaço intuitivo e do espaço geométrico: trata-se de suas notas preparadas para a resposta aos artigos de Kästner.<sup>7</sup> Nesse documento notável, Kant estabelece uma oposição detalhada entre a concepção do espaço segundo a metafísica e a concepção segundo a geometria: ele fala, pois, nesse sentido de um "espaço metafísico" e de um "espaço geométrico". Não somente a essência do primeiro não é determinada pelas propriedades do segundo, mas é preciso reconhecer

(6) Joseph Moreau, "Intuition et Appréhension", *Kantstudien* (1980), p. 284. Cf. do mesmo: *La conscience de l'être*, Paris: Aubier-Montaigne, 1958, p. 62.

(7) AK XX, 410-423. Permito-me remeter à minha tradução, publicada no n° 56 (1997) de *Philosophie*.



que têm características antagonistas. O geômetra pode contentar-se com nada saber dele, ao mesmo tempo que pressupõe sempre, no entanto, esse espaço metafísico como o “fundamento de suas construções”, isto é, como o fundamento do conhecimento matemático que ele desenvolve. Seja, então, a tabela das oposições termo a termo entre:<sup>8</sup>

**Espaço metafísico**

*Gegeben*

[dado]

*Ursprünglich* [originário]

*Ein (einziger) Raum*

[um único espaço]

*subjektiv gegeben*

[dado subjetivamente]

*Actu infinitum a parte cogitantis*

[“infinito em ato do lado do sujeito”]

*Grund der Construction*

[fundamento da construção]

*Idealität* [idealidade]

**Espaço geométrico**

*gemacht (machen = beschreiben)*

[factício ou descrito]

*abgeleitet* [derivado]

*(viele) Räume*

[vários espaços]

*objectiv gegeben*

[dado objetivamente]

*potentiale infinitu*

[“infinito potencial”]

---

(8) Essa tabela resume o texto de Kant nas páginas de AK XX, 419-420.

O espaço geométrico é - no sentido que é dado a essa palavra no vocabulário cartesiano da classificação das idéias - "factício", isto é, formado e produzido por nós na descrição de uma linha ou de uma figura etc. Essa descrição não depende da intuição, mas é uma ação da espontaneidade, um movimento, que não é o de um objeto no espaço, mas um ato puro da síntese sucessiva do múltiplo na intuição externa pela imaginação produtiva (B 155 nota). "Dado objetivamente" significa dado segundo um conceito, em virtude da correlação transcendental entre a unidade do conceito e a unidade do objeto. Do lado oposto, reconhecemos com evidência no espaço *metafísico* da resposta a Kästner o espaço da *exposição metafísica* da *Crítica*. É fácil reencontrar nessa exposição metafísica os caracteres essenciais que são reconhecidos aqui ao espaço metafísico. Ao mesmo tempo, a maneira pela qual o espaço metafísico é oposto, traço a traço, ao espaço da geometria comporta uma lição importante para a interpretação da exposição metafísica ela própria e, portanto, da *Estética transcendental* enquanto tal. Numa palavra: esse espaço metafísico é precisamente o espaço estético, intuitivo e pré-geométrico cujos traços cumpre precisar agora segundo a *Estética transcendental*.

As propriedades do espaço segundo a exposição metafísica podem ser repartidas sob dois títulos:

*a) Segundo a ordenação e o relacionamento: a noção de forma.*

Antes mesmo da exposição propriamente dita e em uma alínea do preâmbulo ao § 2 que apresenta o conjunto da problemática espaço-tempo, Kant apresenta uma primeira abordagem descritiva e intuitiva (no sentido ingênuo do termo) do espaço: nós nos representamos aí "... os objetos como fora de nós, e estes globalmente no espaço. Nele, sua figura, sua grandeza e sua relação mútua estão determinadas ou são determináveis" (A22/B37).

No § 1, a apresentação provisória da noção de forma havia sido aclarada pela análise abstrativa da representação de *um corpo*: afastamos dela o que está pensado aí sob conceitos pelo entendimento (substância, força, divisibilidade),

em seguida o que depende da impressão sensível empírica (cor, dureza etc.), mas nem por isso desapareceu toda representação, e permanece um resíduo que identifica a intuição pura: “ ... extensão e figura. Estas pertencem à intuição pura ...”

O duplo caráter de exterioridade, relativamente ao ponto de referência que constitui o lugar do sujeito, e de justaposição dos elementos (o múltiplo, *das Mannigfaltige*) dessa exterioridade, constitui o núcleo do argumento 1 da exposição metafísica (esses argumentos serão notados no que se segue  $M_n$ ):

$M_1$ : “ ... Certas sensações [são] relacionadas a algo *fora de mim* (isto é, a algo em um lugar do espaço outro que aquele no qual me encontro), e nisso ... posso representá-las como fora e ao lado umas das outras, por conseguinte como diferentes, mas como em lugares diferentes ... Para isso, a representação do espaço já deve ser fundadora”.

Reconhecemos na relação elementar de exterioridade um caráter dual: que o espaço seja justaposição, *partes extra partes*, é uma característica tradicionalmente reconhecida (por exemplo, por Descartes). Esse “fora e ao lado umas das outras” ordena os elementos do múltiplo, e designa o espaço como “aquilo em que” o múltiplo toma lugar, a extensão como campo geral de exterioridade. Mas Kant precisa que essa relação está ligada a um significado mais radical da exterioridade, aquele mesmo que constitui o sentido externo como tal: “fora de mim/nós”. Kant precisa “em um outro lugar do espaço do que aquele no qual me encontro”. Que relação há entre lugar e espaço? A resposta de Kant encontra-se em dois outros textos que não podemos não evocar aqui, mesmo se muito rapidamente: de uma parte a análise do significado do verbo “orientar-se” feita no opúsculo *Que é orientar-se no pensamento?* (1786); de outra parte, o célebre ensaio *Sobre o princípio da distinção das regiões do espaço* (1768).<sup>9</sup> A lição comum desses dois textos é que o lugar no qual eu me encontro é determinado por meu corpo, como origem sentida (Kant diz efetivamente que se trata de um *Gefühl*) da oposição das

---

(9) Respectivamente AK VIII, 133-147 e II, 277-383. Sobre o tratamento do espaço de orientação em *Que é orientar-se no pensamento*, ver as observações de Heidegger, *Sein und Zeit*, Tübingen: Max Niemeyer, 1960, § 23, 109-110.

direções fundamentais, direita – esquerda, em cima – em baixo, em frente – atrás. O espaço do geógrafo assim como o do astrônomo pressupõem sempre essa referência primária aos eixos segundo os quais a constituição de meu corpo de homem, a postura ereta, a lateralização, a visão frontal, ordenam toda apreensão da exterioridade e, por conseguinte, do espaço como englobante universal de tudo o que está fora. No opúsculo de 1768, a distinção original das regiões também está relacionada ao espaço do corpo, no sentido de “nosso corpo”, e o espaço absoluto, separado, distinto e anterior às coisas que estão no espaço constrói-se a partir dessas regiões: a diferença das regiões é o que permite determinar para cada coisa uma relação ao espaço que precede e funda as relações que as coisas têm entre si no espaço.<sup>10</sup> O que a *Crítica* chama de “lugar” (*Ort*) é a “região” (*Gegend*) de 1768, e está claro que o lugar precede o espaço, não em uma ordem genética, mas em uma ligação eidética: a distinção de lugares entre meu corpo e o resto oferece esse resto à exterioridade *partes extra partes* cujo englobante é o espaço.

É, aliás, em referência antecipada a esse tipo de relacionamento e de ordenação elementar que o § 1 introduzia a noção de forma atribuindo-lhe como ancoradouro a mente (o intraduzível *Gemüt*).

*“O que ... faz que o múltiplo da aparição possa ser ordenado em certas relações, denomino-o forma da aparição. Visto que aquilo no qual apenas as sensações podem ser ordenadas e postas em uma certa forma não pode ser ele mesmo, mais uma vez, sensação, a matéria de toda aparição só nos é dada, é verdade, a posteriori, mas sua forma deve residir a priori na mente já pronta para todas as aparições em seu conjunto e, por isso, deve poder ser considerada separadamente de toda sensação.”*

(10) AK II, 379-380.

(\*) *Nota do tradutor:* Visto que “*Gemüt*” corresponde ao latim “*animus*”, podemos traduzi-lo em português por “*ânimo*” (como faz V.Rohden em suas traduções de Kant), desde que esteja claro que o termo designa não apenas a parte volitiva e emocional de nossa “alma” (*anima*, *Seele*), que constitui o sentido próprio de “*animus*”, mas também a parte sensitiva e intelectual, que é a *mente* em sentido estrito (*mens*, *Geist*). A língua francesa não conservou, ao contrário da nossa, as palavras “*mens*” e “*animus*” e recorre a “*esprit*” (derivado de “*spiritus*”, o nosso “espírito”) para traduzir esses termos latinos e os seus correspondentes em alemão: “*Geist*” e “*Gemüt*”.

*b/ Segundo as necessidades intrínsecas da representação.*

$M_2$  “Não podemos jamais nos fazer uma representação de que não haja espaço, muito embora possamos muito bem imaginar que nele não se encontrem objetos”.

$M_3$  comporta três momentos.

[a] “ ... [só podemos] nos representar um único espaço e, quando falamos de vários espaços, entendemos por isso somente as partes de um único e o mesmo espaço”.

[b] “Essas partes não podem tampouco preceder o único espaço que engloba tudo como se elas fossem suas partes constituintes (a partir das quais uma composição seria possível), mas só podem ser pensadas nele”.

[c] “Ele é essencialmente uno, o múltiplo nele e, por conseguinte, também o conceito universal de espaços em geral repousa simplesmente sobre limitações”.

Enfim  $M_4$ : “O espaço é representado como uma grandeza infinita dada ... (pois todas as partes do espaço ao infinito são simultâneas)”.

Reconhecemos facilmente nesses caracteres necessários da representação originária do espaço aqueles que a *Resposta a Kästner* atribui ao espaço metafísico, opondo-o ao espaço geométrico. A instrução que essa resposta nos traz quanto à interpretação da Estética transcendental é, portanto, decisiva: é que nenhum desses traços é uma “propriedade do espaço”, no sentido em que se diz que a geometria é ciência das propriedades do espaço. A unidade não compositiva do espaço, sua unicidade, sua infinidade objetivamente dada, sua inalienabilidade que faz com que ele resista a toda extenuação imaginária de seu conteúdo, são estabelecidas e devem ser compreendidas fora de toda referência à geometria (no caso da infinidade acabaríamos por chegar a uma contradição manifesta e grosseira de Kant consigo mesmo).

Uma objeção poderia, todavia, nos deter:  $M_3$  parece, com efeito, já invocar a geometria em apoio do reconhecimento do caráter intuitivo e não conceptual do espaço:

*“Segue-se que, relativamente a ele, uma intuição a priori (que não é empírica) jaz no fundamento de todos os conceitos do espaço. Assim também todos os princípios geométricos, por exemplo que em um triângulo dois lados são, juntos, maiores que o terceiro, não são jamais derivados dos conceitos universais de linha e de triângulo, mas da intuição, e, na verdade, com uma certeza apodíctica.”*

Não seria isso confessar a determinação da exposição metafísica pela exposição transcendental e, por conseguinte, reconhecer a identificação de uma caracterização do espaço estético a partir do espaço geométrico? A objeção, parece-me, pode ser afastada:

1/ Trata-se, na verdade, aqui de uma *conseqüência* que ilustra o que precede, e não de um argumento a seu favor. O que precede é estabelecido primeiro, independentemente dessa observação concernente à geometria.

2/ Muito precisamente, Kant diz aqui que os *conceitos* de espaço estão sempre fundados em uma intuição *a priori*, a qual, portanto, precede sempre enquanto tal esses conceitos. Mas o que são tais conceitos? Kant dá imediatamente um exemplo, com o conceito de triângulo, isto é, um conceito geométrico, ou um conceito implicado nas proposições fundamentais (*Grundsätze*) da geometria. Tais conceitos pressupõem sempre uma intuição que, justamente por isso, é pré-geométrica. Precisamente: os conceitos geométricos do espaço estão fundados em uma intuição pré-geométrica do espaço, ou ainda: o espaço intuitivo, pré-geométrico, precede o espaço geométrico, que é o dos *conceitos de espaço*.

### III. Os “conceitos de espaço” e “o espaço representado como um objeto”.

#### 1. As figuras.

O exemplo canônico do triângulo sugere bastante que os conceitos de espaço são em geral os que determinam objetos especificados por suas únicas propriedades espaciais, isto é, objetos geométricos. O que designamos no plural como espaços repousa sobre limitações do espaço intuitivo único. A limitação é opera-

da pela conceptualização geométrica, cujo objeto próprio é a figura: “Todas as figuras são possíveis somente enquanto diferentes maneiras de limitar o espaço infinito” (B 606).

Os leitores não deixarão de aproximar essa fórmula da definição euclidiana da figura:

Def. 14: Uma figura (*schema*) é o que está contido por alguma ou algumas fronteiras. [Cf. também def. 13: Uma fronteira (*horos*) é aquilo que é limite [*peras*] de algo].<sup>11</sup>

A interpretação kantiana dessa definição clássica será, pois, que uma figura é sempre uma determinação delimitadora da intuição pura pelo conceito construído que fixa suas fronteiras. Mas “determinar no espaço uma intuição *a priori* (figura) ... é uma operação da razão por construção de conceitos” (B 751).

Considerada em seu simples conceito, uma figura é determinada pelos únicos elementos intrínsecos de sua configuração, e esta é a razão por que, considerada enquanto tal, como pura *Gestalt*, seu conceito a determina como uma grandeza particular (um *quantum*) considerada primeiro, e independentemente da medida, sob a categoria da qualidade: “... um conceito do espaço ... como *quantum* pode ser representado *a priori* na intuição, i. e., construído ou bem simultaneamente com sua qualidade (sua figura), ou bem simplesmente [segundo] sua quantidade (a simples síntese do múltiplo homogêneo) mediante o número” (B 748).

Nisso é o entendimento que forma o conceito, introduzindo na uniformidade do espaço geométrico a distinção das propriedades das quais a geometria é a ciência.

Isso está formulado da mais clara maneira por uma passagem importante dos *Prolegômenos*, no § 38:

---

(11) Euclides de Alexandria, *Les Eléments, traduction et commentaires par Bernard Vitrac*, vol. I, Paris: Presses Universitaires de France, 1990, p. 161. Cf. também *The thirteen Books of Euclid's Elements, translated with introduction and commentary by Sir Thomas L. Heath*, New York: Dover, 1956, vol. I, p. 182-183.

*“O espaço é ... algo de uniforme e indeterminado com respeito a todas as propriedades particulares ... O que determina o espaço à figura do círculo, à configuração do cone ou da esfera, é o entendimento ... A simples forma universal da intuição, que se chama o espaço, é, portanto, certamente, o substrato de todas as intuições determináveis para objetos particulares, e nele reside seguramente a condição da possibilidade e da multiplicidade desses últimos, mas a unidade dos objetos é somente determinada pelo entendimento, e, na verdade, segundo condições que residem em sua própria natureza.”*

A construção de conceitos confere, portanto, um caráter bifronte aos espaços geométricos diferenciados que são as figuras: de um lado, a *unidade do objeto* é dada pelo entendimento, como uma função do pensamento, que determina por limitação o espaço, conformemente a uma regra (e é o entendimento que é o poder das regras); mas, de outra parte, as *propriedades* do objeto, porque elas são também as propriedades do *espaço*, são irredutíveis às únicas determinações puramente conceptuais e às suas conexões simplesmente analíticas, e só são dadas contra o fundo de forma da intuição.

Seja, portanto, de novo o exemplo paradigmático do triângulo: de uma parte, nós o pensamos como um objeto, conformemente a um conceito que fornece uma regra de composição da figura:

*“Nós nos afiguramos um triângulo como objeto tornando-nos conscientes da composição de três linhas retas segundo uma regra, conformemente à qual uma tal intuição pode sempre ser exibida. Mas essa unidade da regra determina todo o múltiplo e limita-o a condições que tornam possível a unidade da apercepção, e o conceito dessa unidade é a representação do objeto = X, que eu penso pelos predicados indicados do triângulo” (A 105).*

Mas, de outra parte, como é que sabemos que duas linhas retas não encerram uma figura, ao passo que, com três linhas retas, uma figura é possível? Não o conhecemos certamente pela mera análise lógica dos conceitos de linha reta e de número: o conceito de uma *figura contida por duas linhas retas* não implica qualquer contradição e, nesse sentido puramente formal, seria possível. Mas ele não o é realmente, em virtude de uma impossibilidade que não é a do conceito, mas que



resulta de uma coerção inerente ao espaço como tal: e isso quer dizer que ele é impossível na intuição (B 268, cf. B 271). Daí a obrigação de recorrer à intuição pura em toda proposição geométrica cuja síntese encontra o que, no espaço, está dado com uma necessidade não-conceptual precedendo o conhecimento que temos dele (nesse sentido há, certamente, uma descoberta efetiva no desdobramento das propriedades do espaço):

*“Se não houvesse em nós um poder de intuir a priori, ... como poderíeis dizer que o que reside necessariamente em vossas condições para construir um triângulo deve também convir necessariamente ao triângulo em si mesmo? Pois não podeis acrescentar nada de novo (a figura) a vossos conceitos (de três linhas) que deveria necessariamente encontrar-se no objeto, pela razão que este está dado antes de vosso conhecimento e não por ele” (B 65).*

Reconhecer-se-á que o caráter bifronte do objeto geométrico elementar (a figura), proveniente ao mesmo tempo do conceito e da intuição, corresponde muito exatamente ao sítio intermediário entre o entendimento e a sensibilidade que é para Kant o da imaginação. A determinação da forma pura da intuição pela construção do conceito é um ato, não da sensibilidade (onde não há ato e, sim, uma receptividade), mas da imaginação, e não do só entendimento.<sup>12</sup>

(12) É assim que Kant resolve a aporia aberta pela famosa crítica, feita por Locke, do conceito geral de triângulo, que deveria, por impossibilidade, ser ao mesmo tempo retângulo, obtusângulo, acutângulo, equilátero, isósceles, escaleno e, no entanto, não ser nem retângulo, nem equilátero etc. O conceito de triângulo exprime simplesmente a regra de delimitar um espaço por três linhas retas, sem outra prescrição, e a flutuação da imaginação permite justamente preservar na construção a generalidade do conceito: “Quando digo: com três linhas, das quais duas tomadas em conjunto são maiores que a terceira, pode se traçar um triângulo, tenho aí a simples função da imaginação produtiva, que pode traçar as linhas como maiores ou menores, fazendo-as se encontrarem arbitrariamente segundo toda espécie de ângulos” (B 205). – Há evidentemente uma infinidade de maneiras de propor uma imagem singular satisfazendo essa condição. Mas o esquema (a palavra mesma que, no texto grego de Euclides, designa a figura!) não é uma imagem, mas “um procedimento geral da imaginação para formar para um conceito sua imagem”: “De fato, no fundamento de nossos conceitos sensíveis puros [=os conceitos geométricos!], não há imagens dos objetos, mas esquemas. Imagem alguma

Sabemos agora o que são “os espaços” de que se ocupa o geômetra, correspondentes aos “conceitos de espaço” que são de sua alçada. Sabemos também em que esses conceitos requerem no fundamento de sua construção a intuição pré-geométrica do espaço intuitivo, “substratum” sobre o qual a construção se funda.

## 2. O espaço como objeto.

Não esgotamos por isso mesmo a caracterização geométrica do espaço. Kant reconhece também, aquém dos espaços delimitados que são os objetos próprios da geometria, um espaço-objeto que seria, em sua unidade, um requisito da geometria: tal seria “o espaço representado como objeto da maneira pela qual se tem realmente necessidade dele na geometria”, de que fala a tão difícil nota ao § 26 da versão B da *Dedução transcendental*:

*“O espaço representado como objeto (tal como se tem efetivamente necessidade dele na geometria) contém mais do que a simples forma da intuição, a saber, a compreensão do múltiplo dado segundo a forma da sensibilidade em uma representação intuitiva, de sorte que a forma da intuição dá simplesmente o múltiplo, a intuição formal dando, porém, a unidade da representação. Na Estética, pus essa unidade na conta da sensibilidade apenas, para observar somente que ela precede todo*

---

jamais seria adequada ao conceito de um triângulo em geral. Com efeito, ela não atingiria a universalidade do conceito, que faz que este valha para todos os triângulos, retângulos ou oblíquos, etc. mas ela estaria sempre limitada a uma parte dessa esfera [entenda-se: a esfera da extensão desse conceito!]. O esquema do triângulo não pode jamais existir de outra maneira senão no pensamento, e ele significa uma regra da síntese da imaginação com respeito a puras figuras no espaço” (B 180). – Sem dúvida, pode-se contestar a legitimidade de uma filosofia da geometria que procura definir o estatuto do objeto matemático numa elucidação de algo que é preciso certamente reconhecer como operações mentais (das faculdades, das formas e dos atos disso que Kant chama de *Gemüt*, termo que designa, sem nenhuma substancialização de uma alma, o simples poder das representações em geral). Talvez não haja aí, com efeito, senão uma psicologia disfarçada. Parece-me, entretanto, que se deve reconhecer a esse empreendimento uma autenticidade que seus detratores lhe têm negado e que não se pode recusar pelo único motivo do caráter elementar dos exemplos.

*conceito, muito embora pressuponha uma síntese que não pertence aos sentidos, mas pela qual todos os conceitos de espaço são primeiro tornados possíveis” (B 160-161, nota).*

Após tantos comentários que têm tentado reconstruir a interpretação dessa passagem difícil, assumirei por minha vez o risco de propor minha própria leitura. O espaço como forma da intuição é o espaço estético ou intuitivo. Os *conceitos de espaço* são o que acabamos de estudar, isto é, as delimitações determinadas por uma regra que recorta essa forma. Entre os dois vem inserir-se uma *representação intuitiva* que se reporta a uma unidade do espaço resultando da compreensão do múltiplo da exterioridade, tal como a exposição metafísica exibiu sua forma. Essa representação intuitiva da unidade do espaço, que faz deste um objeto, é o que Kant chama também de uma *intuição formal*, para opô-la à forma da intuição. Diferentemente do espaço-unitotalidade da exposição metafísica, esse espaço resulta, na verdade, de uma síntese, – de uma síntese que, bem entendido, não pode depender dos sentidos, mas que, no entanto, *precede todo conceito*. Essa situação intermediária só pode ser, de novo, a da imaginação, cuja função não é aqui a de construir um conceito do entendimento, mas de conferir uma unidade à simples intuição pura. Tal seria o espaço representado paradoxalmente como um *objeto sem conceito*, porque, como o espaço estético, também ele é único; ora, para Kant, a representação que não remete senão a um correlato único é sempre intuição e não conceito. Mas, ao mesmo tempo, trata-se de um objeto que extravasa a intuição pura, em razão da unidade que está aí conferida à multiplicidade ou à variedade (*Mannigfaltigkeit*) da forma originária do espaço estético. A unicidade depende da intuição antes de toda síntese, enquanto que a unidade procede de uma síntese antes de todo conceito.

Parece-me que é desse espaço que se trata quando Kant se refere a proposições, axiomas ou princípios geométricos que não concernem estritamente a figuras, como no caso dos textos precedentemente comentados. De fato, Kant só menciona uma proposição valendo desse espaço-objeto único, e não de tal ou qual delimitação obtida nele por construção: é a proposição que afirma a tridimensionalidade do espaço, cujas menções, aliás, são bastante raras na *Crítica*.

Uma dessas menções encontra-se – e não há aí de que se espantar – na exposição transcendental do espaço (B 41). Além disso, a única indicação precisa que nos é fornecida a seu propósito resulta indiretamente de seu tratamento como exemplo entre outros em apoio da evidenciação da síntese transcendental da imaginação na qual o entendimento determina o sentido interno, ordenando a sucessão dos elementos sintetizados: “ Não podemos nos afigurar nenhuma linha sem traçá-la em pensamento, nem pensar círculo algum sem descrevê-lo, nem nos representar as três dimensões do espaço sem traçar três linhas perpendicularmente uma à outra a partir de um mesmo ponto ...” (B 154).

Concluir-se-há que a propriedade da tridimensionalidade é uma determinação da intuição formal do espaço, isto é, de um espaço já objetivado e sintetizado pela imaginação *para as necessidades da geometria*: está claro que ela imporá desde então sua coerção a todas as construções particulares dos espaços figurados que dependam propriamente dos conceitos geométricos. Mas, se se admite a leitura proposta da conexão e da ordem das instâncias de representação que é postulada pela concepção kantiana do conhecimento, é preciso dizer que, inversamente, essa coerção da tridimensionalidade não se aplica à forma da intuição como tal: o espaço estético ou intuitivo não está concernido por ela e permanece, por assim dizer, neutro a esse respeito.<sup>13</sup>

\*

Na *Crítica da Razão Pura*, a tese da tridimensionalidade necessária do espaço geométrico deve ser essencialmente conectada com a concepção epistemológica geral que subordina a geometria ao conhecimentos dos objetos como fenômenos, e, por conseguinte, à sua aplicação à física. A exposição transcendental do espaço,

(13) É nesse sentido somente que se pode dizer que as geometrias não-euclidianas não afetam em nada a validade da Estética transcendental como tal, mesmo se atingirem a concepção kantiana das estruturas geométricas da experiência física. Mais uma vez venho ao encontro de Joseph Moreau: ver “Construction de concepts et intuition pure”, em *Kant. 200 Jahre Kritik der reinen Vernunft*, hrsg. von Joachim Kopper und Wolfgang Marx, Hildesheim: Gerstenberg Verlag, 1981, notadamente pp. 238-244.

antecipação da Lógica transcendental na Estética, só podia encontrar aí uma significação provisória e incompleta, posto que o valor transcendental do espaço geométrico faz dele um espaço para a física,<sup>14</sup> um método para a construção da objetividade.<sup>15</sup> Além disso, uma concepção constantemente presente em Kant é que o objeto de percepção e o objeto de conhecimento científico estão em continuidade um com o outro. Percepção e ciência têm uma armadura conceptual comum e uma mesma referência ontológica (a *Erscheinung*). A estrutura euclidiana do espaço concerne ao espaço geométrico, que Kant postula ser também o da percepção dos objetos da experiência comum, um espaço cujo conceito é determinado pela Analítica transcendental (e não pela Estética) como aquele que é primeiro exigido pela legalidade da natureza. É a natureza, tal como é conhecida segundo as teorias científicas vigentes (paradigmáticas), elas próprias suportadas pelos princípios do entendimento, que sustenta a reivindicação de exclusividade da geometria euclidiana, como a única geometria física concebível (o que Kant dizia já de uma certa maneira em 1747).

Resta que a referência ontológica à *Erscheinung* está fundada em um dado da intuição cuja camada originária teve primeiro de ser desobstruída pela Estética transcendental, aquém da armadura conceptual da ciência e da percepção e, por conseguinte, também aquém do espaço euclidiano.

Este aquém é o do espaço estético, o da exposição metafísica devolvida a seus direitos de anterioridade e à sua independência com relação à exposição

---

(14) "Muito embora conheçamos do espaço em geral, ou das figuras que a imaginação produtiva traça nele, tantas coisas *a priori* em juízos sintéticos, ... esse conhecimento não seria, todavia, absolutamente nada mais senão uma ocupação com um simples fantasma, se o espaço não devesse ser considerado como condição dos fenômenos, que constituem o material para a experiência externa" (A 157 / B 196). – "Por conseguinte, nenhum dos conceitos matemáticos tomados por si mesmos é um conhecimento, salvo na medida em que se pressupõe que há coisas que só se deixam apresentar a nós conformemente à forma dessa intuição pura sensível" (B 147).

(15) Por exemplo, o princípio transcendental dos Axiomas da intuição dá a interpretação física do axioma de Arquimedes como fundamento de toda métrica dos fenômenos no espaço.

transcendental. Fundamento intuitivo dos conceitos geométricos, esse espaço possui como algo de próprio caracteres eidéticos que não são da alçada da geometria.

A relativa pobreza das indicações dadas por Kant sobre essa necessária eidética do espaço intuitivo não deve nos impedir de lhe reconhecer uma autenticidade fenomenológica, que a Estética transcendental indica em pontilhado como uma tarefa que ela não tinha os meios de realizar plenamente.

**RESUMO:**

*A fim de mostrar que a CRP contém uma ontologia que se assenta em uma análise eidética do espaço, no sentido husserliano do termo, procura-se mostrar que a Estética transcendental trata de um espaço puramente intuitivo, que é possível dissociar das elaborações conceituais da geometria euclidiana. Apoio para essa tese é buscado na separação feita na ed. B entre a exposição metafísica e a exposição transcendental do espaço, nas notas preparatórias à resposta de Kant ao artigo de Kastner e em outras passagens da Analítica, bem como dos Prolegômenos.*

**Palavras-chaves:** Kant, Estética Transcendental, fenomenologia e análise eidética do espaço, espaço intuitivo, espaço geomético.

**ABSTRACT:**

*In order to show that Kant's Critique of Pure Reason contains an ontology resting upon an eidetical analysis (in Husserl's sense of the word) of space intuition, the article tries to show that Transcendental Aesthetics deals with a purely intuitive space, which is to be distinguished from a mathematical conception of space stemming from Euclid's geometry. Support for this thesis is sought in Kant's reformulation of his arguments in the Transcendental Aesthetics, resulting in the separation of a Metaphysical and a Transcendental Exposition of the concept of space, in the preparatory notes to his reply to Kästner's polemical article as well as in other passages both of Kant's Critique of Pure Reason and the Prolegomena.*

**Key words:** Kant, Transcendental Aesthetics, phenomenology and eidetical analysis of space, intuitive space, geometrical space.